

Educação política nas periferias da Grande São Paulo: percepções com base na posição de jovens de 15 a 18 anos em 2015 em ações da Fundação Konrad Adenauer

HUMBERTO DANTAS

APRESENTAÇÃO

■ O tema central desse artigo tem balizado uma série de estudos desde 2010¹, quando a partir de um conjunto de cursos de iniciação política destinado a jovens das periferias da Grande São Paulo a opinião do público presente sobre temas associados ao universo da democracia foi analisada. As iniciativas tiveram início em experiência piloto de 2008, realizada num bairro periférico de Guarulhos, e a partir de 2009 se repetiu, nos até então, 10 postos dos Centros de Integração da Cidadania (CIC), programa da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo². As atividades, divididas em três encontros com duração de quatro horas-aula cada um, foram inicialmente abertas para as comunidades dos entornos das unidades de cada CIC, e a partir de 2011 concentrou-se em atender escolas públicas de ensino médio situadas nas proximidades de tais localidades.

A partir da ida às escolas foi possível dialogar mais claramente com os jovens. Em 2013, no entanto, a estratégia de atuação do projeto foi alterada. As parcerias com o poder público – Secretaria de Justiça e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que tinha atuação por meio de sua escola do parlamento – foram abandonadas. O projeto passou a ser realizado exclusivamente pela Fundação

1 Dantas, Soares, Soares e Lamari (2010), Dantas e Caruso (2011), Dantas e Estramano (2013), Dantas e Silva (2015), Dantas, Cosson e Estramano (2015), Dantas e Estramano (2015), Dantas (2013, 2014 e 2016) são alguns dos exemplos.

2 Em Araújo (2001) é possível compreender melhor o funcionamento e os propósitos do Projeto CIC.

Konrad Adenauer até 2014, atendendo parcerias com o terceiro setor. Em 2015, uma empresa privada do mercado financeiro passou a apoiar a iniciativa e dobrou o total de cursos para 20 ações anuais. Assim, ao todo, a atividade formou 4.803 cidadãos ao longo de sete anos. Mais especificamente, 3.678 jovens a partir de 2011, sendo 2.193 na fase atual, em que se concentrou em projetos sociais e organizações não governamentais que trabalham, predominantemente, com jovens de 15 a 18 anos. Em 2015, ano da expansão, foram impactados 1.087 estudantes – público-alvo desse artigo.

Considera-se “formado” na atividade de iniciação política o aluno presente em pelo menos dois dos três encontros realizados. A dinâmica das aulas é bastante simples. Em duas horas-aula, metade de cada encontro, o professor transmite um conteúdo de maneira tradicional. No primeiro a discussão ocorre em torno do conceito de Democracia. No segundo o objetivo é definir Cidadania e contar brevemente a história do processo Constituinte brasileiro, trazendo definições elementares como direitos e políticas públicas. Por fim, no terceiro, são apresentados os três poderes, as três esferas de poder, e alguns conceitos associados à lógica matricial construída a partir do cruzamento de União, estados e municípios com Executivo, Legislativo e Judiciário, tratando de responsabilidades e cargos, com ênfase naqueles contratados por meio de eleições.

Definidos os conceitos, a segunda metade de cada encontro é destinada à realização de dinâmicas em grupo. Os jovens recebem questões e constroem respostas que são apresentadas e debatidas com o coletivo. O método empregado tem se mostrado eficiente, sobretudo com a inserção das discussões em grupo a partir de 2012. O resultado dessas ações entre alunos é registrado em um formulário padronizado. No encontro que trata o conceito de democracia, o objetivo é debater o papel dos cidadãos, em geral, diante dos desafios apontados em aula. No segundo encontro, os jovens promovem uma análise de suas realidades, com o objetivo de entender o que melhorou e o que piorou em relação a direitos e políticas públicas nos últimos anos. Por fim, diante da construção da matriz que cruza poderes e esferas de poder o intuito é apontar como o cidadão pode se aproximar ativamente da estrutura que caracteriza o Estado brasileiro.

Além dos conteúdos ministrados e das construções coletivas, são distribuídos formulários que captam características básicas dos estudantes, bem como suas opiniões sobre o curso e temas da política em geral. Até 2014 os questionários eram preenchidos apenas ao término das atividades, mas a partir de 2015 isso também ocorreu no início. O intuito é perceber parte do impacto dos cursos nos participantes.

Feita essa apresentação, esse texto pretende compreender aspectos do pensamento dos jovens com base nas dinâmicas e nos formulários preenchidos ao longo do curso – um esforço inicial com base em parte desse material foi apresentado por Dantas (2016). Os resultados das percepções serão analisados em relação aos desafios associados a aspectos gerais da democracia. Serão utilizados, predominantemente, os materiais de 2015 e sempre que possível os resultados serão comparados com anos anteriores. Destaca-se para efeito das análises, que o curso atendeu, em alguns parceiros, poucos jovens com menos de 15 anos e alguns com mais de 18 anos. Ao todo esse público somou cerca de 30% dos formulários tabulados. Esse contingente será deixado de lado, e assim serão utilizados 733 questionários de entrada – aplicados antes da apresentação da atividade aos alunos – e 732 questionários de saída – preenchidos ao término do terceiro encontro com jovens que declararam ter entre 15 e 18 anos.

AS DINÂMICAS E SEUS RESULTADOS

■ Nos três dias de curso, além dos conteúdos ministrados, o intuito é ofertar aos participantes a oportunidade de discutirem suas condições de cidadania, construindo respostas e aprimorando a capacidade de reflexão e debate. É nítido que a exemplo de qualquer atividade educacional desenvolvida em grupo existem diferenças nos graus de concentração e envolvimento. Não é incomum certo grau de dispersão de alguns alunos contrastando com o interesse de tantos outros. Isso ocorre entre grupos e no interior dos pequenos coletivos formados em sala. A despeito de tal observação, os resultados colhidos nas dinâmicas são bastante significativos. Ao todo o material é composto por 168 formulários das atividades em grupo, dos 20 cursos realizados em 2015.

A primeira questão, como observado anteriormente, tinha como objetivo captar a percepção dos jovens sobre o papel do cidadão em relação ao conceito de democracia. As respostas podem ser divididas em dois grandes blocos. No primeiro deles, o mais disseminado, os jovens entendem que o papel do cidadão é votar com maior consciência e acompanhar seus eleitos, reproduzindo parte do conteúdo disseminado em sala de aula. O voto adquire papel central associado aos direitos políticos, mas a ele é adicionada a consciência e a necessidade de conhecimento, pesquisa, informação (em múltiplas fontes) e compreensão da realidade, bem como do sistema eleitoral e partidário. Parte das respostas carrega perfil simples, tendendo à reprodução de um discurso que parece mais disposto a “se livrar da pergunta” do que de fato refletir, ou ainda reproduzir a aula como

se estivessem diante de algo ao estilo “certo ou errado”. A despeito de tal aspecto, existem respostas complexas, apontando para a capacidade de o estudante mobilizar recursos importantes. Alguns exemplos:

“O nosso papel é ter consciência da importância do voto, percepção e participação política. Se informar em diferentes meios de comunicação para ter uma visão crítica e pensar no coletivo” (Grupo do Projeto Redigir, da USP).

“Cumprir com suas obrigações, estudar e avaliar os partidos. Ter atitude, procurar entender e respeitar as opiniões dos indivíduos na sociedade” (Grupo da Liga Solidária).

No segundo bloco parte dos alunos tende a aprofundar os sentimentos em relação ao protagonismo cidadão. Timidamente falam na possibilidade de o indivíduo se filiar a um partido político e se candidatar – sem que aqui apareça uma legenda em especial. Fala-se também no poder do voto, na capacidade de transformação da sociedade e na necessidade de os indivíduos conhecerem os direitos e a complexidade da administração pública para, a partir disso (e esse é o diferencial em relação ao primeiro bloco), reivindicar mais e questionar com maior assiduidade aquilo que foi conquistado. A atitude aqui transcende a lógica do gozo pleno dos direitos políticos por meio do exercício do voto consciente. Por fim, destaca para a necessidade, trazida por muitos grupos, de conhecimento e utilização de ferramentas de democracia participativa, com presença textual dos conselhos gestores de políticas públicas. É nesse bloco de respostas que um perfil mais individualizado de um “eleitor consciente” se converte em algo coletivo: parte dos grupos entende que, juntos, os cidadãos têm probabilidade maior de conquistarem garantias relacionadas às responsabilidades dos governantes e do poder público. Alguns exemplos:

“Correr atrás de nossos direitos. Nunca ultrapassar as leis e correr atrás de melhorias por meio de manifestações e da união das pessoas. Dentro dos bairros reorganizar as associações, promover manifestações, e buscar entender os sindicatos” (Grupo da Escola João Solimeo, em parceria com a Unicef).

“Votar conscientemente, isso é fato importante. Escolher um partido cuidadosamente. O Brasil poderia ser muito melhor se os órgãos públicos fossem municipais. Precisamos estar mais perto, participar das assembleias, dos conselhos de cidadãos, reivindicando direitos, conhecendo o que todos querem e desejam pra nossa cidade” (Grupo do CEU Navegantes, EJA, em parceria com a Unicef).

Em ambos os blocos dessa primeira pergunta um dos objetivos centrais do curso, a despeito de sua consolidação, parece claro: desenvolver ou aguçar nos alunos a percepção de aspectos centrais da democracia, como a informação, a participação e a atuação conjunta e organizada em torno de temas de interesse comum.

Invertendo a ordem de análise, para os fins desse estudo é mais relevante compreender a terceira questão do formulário de atividades em grupo, associada à maneira como o jovem imagina que pode acessar os poderes e as esferas de poder – as respostas, por vezes, se aproximam muito da primeira questão. Novamente, diante de um conjunto de informações transmitido formalmente, os participantes reproduzem pontos da aula, como por exemplo: “nos aproximamos do poder por meio do voto e das eleições” (Grupo da Escola Renato Braga). Não é essa, no entanto, a característica maior das respostas esperadas e tampouco o que aparece com maior incidência. Os grupos em geral apresentam caminhos que sequer são trazidos nas aulas. Enquanto o conteúdo dos professores destaca poderes e esferas de poder, os jovens provocados apontam muitas formas de aproximação e participação política. As principais são governamentais: canais oficiais de contato com o poder público – desde sites, ouvidorias e telefones específicos –, até visitas a centros de atendimento como as praças das subprefeituras da capital. As redes sociais também são citadas em larga escala, sendo possível detectar o apontamento de ferramentas modernas como manifestos on-line e ações dessa natureza.

Outras formas lembradas mostram o poder de perceber a relevância da organização e da ação conjunta. Muitos grupos citaram abaixo-assinados, manifestações de rua, greves, reivindicações etc. Um ponto que chama a atenção é a quantidade de vezes que aparece o termo “manifestos pacíficos” ou “manifestos não violentos”, dando a entender que em boa parte dos casos os jovens entendem que o caráter legítimo da ida às ruas está associado a formatos menos violentos de interação e reivindicação. Por fim, na análise dessa questão, merece destaque a quantidade razoável de grupos que entende que podem se candidatar ou pressionar os partidos políticos para atingirem demandas. Se efetivamente estão dispostos a fazê-lo não há como dimensionar, mas a complexidade dos formatos destacados é absolutamente condizente com o universo conhecido de canais de aproximação entre cidadãos, representantes eleitos e poderes constituídos. Isso significa que a despeito de uma atuação mais ou menos consistente os estudantes conhecem as vias para pressionarem ou se aproximarem. Alguns exemplos:

“Voto, mídias sociais, organizações da sociedade, protestos pacíficos e movimentos sociais como instituições. Tudo isso deve ser usado para a sociedade se aproximar do poder” (Grupo do IOS).

“Primeiramente devemos ter vontade e interesse de querer nos juntar e mudar. Os meios de interagir com os políticos são as manifestações, internet e principalmente indo às câmaras municipais, prefeituras e gabinetes dos políticos em geral para fazer pressão” (Grupo da Fundação Julita).

Na segunda questão do formulário de atividades em grupo o objetivo principal estava associado às percepções positivas e negativas de políticas públicas. O que estava melhor e o que estava pior naquele instante? Sem delimitar o tempo exato e após uma aula que tratava da história da Constituição de 1988, do conceito de cidadania e de percepções amplas, as respostas vão desde pontos específicos, como a falta de calçamento numa determinada rua, até questões gerais como a economia ou a política. Não ocorreram, em nenhum grupo, respostas genéricas do tipo “tudo está pior” ou “nada está melhor”, algo que poderia ser resultado de um posicionamento descompromissado com a atividade. Os participantes, efetivamente, fizeram seus apontamentos. No formulário as respostas têm que ser organizadas em uma tabela, com cinco espaços para os aspectos negativos e a mesma quantidade para os positivos. Diante de tal organização foi possível tabular esses dados, transformando o exercício em algo mais quantitativo. Nesse caso, importante notar que um mesmo ponto pode ter sido apontado como bom e ruim por diferentes grupos e até mesmo no interior de um mesmo grupo. Um exemplo ilustra essa situação: um grupo aponta que o Bilhete Único, programa da Prefeitura de São Paulo que permite que um mesmo cidadão utilize, em determinado espaço de tempo, mais de um coletivo em seu deslocamento pagando apenas uma passagem debitada de um cartão magnético, é algo positivo. Ao mesmo tempo, esse mesmo grupo reclama que a reorganização das linhas de ônibus na capital prejudicou a oferta de transporte.

Diante de tais observações foi possível agrupar as respostas em 37 categorias e dividir as análises em temas e posições, abordando as principais delas. Como esperado, diante de certo tom de indignação comum às discussões sobre política no país, mesmo tendo cinco opções de respostas para pontos negativos e cinco tópicos para os positivos, foram classificadas 773 respostas negativas (média de 4,6 por formulário do exercício) e 617 positivos, totalizando média de 3,7 pontos por formulário.

Quatro grandes temas merecem destaque pela intensidade: Educação, Transporte, Saúde e Segurança Pública. Todas citadas por mais de cem grupos, e em alguns casos apontadas como positivas e negativas por um mesmo coletivo de alunos. Educação e Transporte, inclusive, com subtemas diversos, superaram as 168 citações – total de grupos. As observações, divididas em positivas e negativas, permitem o cálculo de um saldo em relação às boas e más citações. Com base nesse tipo de análise é importante salientar que Transporte registrou saldo zero, ou seja, teve 90 citações positivas e 90 negativas. No caso positivo o destaque maior são os corredores de ônibus implantados na cidade de São Paulo, as inaugurações de nova linha (amarela) e estações do Metrô de São Paulo e novos carros da frota de ônibus. As questões negativas estiveram associadas à reformulação de itinerários e exclusão de linhas de ônibus, aos preços das passagens e à lotação de alguns modais. Dois pontos que poderiam favorecer essa análise dos transportes, e merecem destaque aqui, foram tratados individualmente pela relevância para o público jovem e polêmica recente. Assim, somados esses pontos apartados, é possível afirmar que a categoria Transporte tem saldo de avaliação positivo nas periferias da Grande São Paulo.

Educação, Saúde e Segurança Pública registraram saldos negativos. No caso da Saúde, enquanto sobre o total de grupos 83% entenderam que houve piora nos últimos anos, apenas 16% indicaram melhorias. No primeiro caso os problemas estão associados à falta de estrutura e de médicos, mas a imensa maioria das respostas aqui foi genérica, ou seja, apontaram que “Saúde” estava pior. O mesmo não ocorre em relação às afirmações positivas. Nesses casos há mais assertividade, com destaque para a construção de uma dada estrutura no bairro (hospital, AMA, APA etc.) e a distribuição de medicamentos.

Em relação à Educação, a exemplo dos Transportes, uma questão vista de forma extremamente positiva foi destacada da análise e será apontada mais adiante. Isso melhoraria discretamente o saldo que aqui também é negativo. Enquanto 78% dos grupos apontam que essa política está pior, em indicações genéricas como “Educação”, 34% apontam que houve melhorias. Como no caso da Saúde, esses pontos são específicos: a construção pelo município de um CEU – programa que expande a estrutura escolar e oferece conceito mais amplo de educação –, as escolas técnicas do governo estadual (Etec’s) e o turno integral no ensino fundamental.

No caso da Segurança Pública, destacada de forma abrangente pelos termos “Segurança” ou “Violência”, 119 grupos apontaram a temática, sendo que 115 de-

les (68% do total de grupos e 97% das respostas sobre esse tema) como negativa e apenas quatro positivamente.

Em relação às três questões analisadas separadamente temos duas delas associadas ao Transporte e uma à Educação. Nesse último caso trata-se do acesso às universidades – política expandida na última década por meio de crédito e concessão de bolsas integrais em escolas privadas. Dos 168 grupos formados, 28 apontaram esse tema em especial (17%), e 27 deles entenderam tal ação como positiva, ou seja, como algo que melhorou nos últimos anos. A crítica solitária está associada à crise econômica e à redução do programa de acordo com um grupo. No caso dos dois temas de Transporte, a primeira questão estava associada ao passe livre concedido aos jovens do Ensino Médio e Fundamental que atendem aspectos destacados pelos governantes. Tema recente de manifestações em grandes centros urbanos, a gratuidade foi apontada por 28 grupos (17%) e, nesse caso, vista como positiva por todos eles. Outra questão associada ao universo dos transportes, que tem gerado bastante polêmica em São Paulo, são as ciclovias. Ao todo 20 grupos (12%) apontaram a questão, e todos positivamente.

Com destaque inferior àquele verificado no caso das quatro políticas até aqui tratadas, mas agregadamente com peso expressivo, merecem atenção as questões de ordem econômica: Emprego (38 citações), Desigualdade (30), Temas de Economia em geral (28), Inclusão social e combate à pobreza (25), Impostos (20), Inflação (19) e Salário (17). Apenas em um desses casos o saldo é positivo. Trata-se das políticas e ações associadas à inclusão social e combate à pobreza, com 17 citações positivas destacando o Bolsa Família, e oito negativas. Outros três pontos tem saldo praticamente zerado, ou seja, um equilíbrio entre as posições. O emprego tem 17 citações negativas, onde o desemprego é o ponto atacado, enquanto a melhoria da empregabilidade é destacada por 21 grupos, sendo que programas de jovens aprendizes, e consequentemente a possibilidade de o estudante se inserir no mercado, é o grande diferencial satisfatório. A Desigualdade tem empate absoluto em 15 citações, sendo apontada pelo próprio termo, enquanto o Salário é negativamente visto por 10 grupos e positivamente avaliado por sete – nesse segundo caso destaque satisfatório para os reajustes do salário mínimo. Com saldo negativo a Economia em geral, e temas correlatos (Economia do país, Crise econômica etc.), são apontados como preocupantes por 26 grupos. Dois grupos, no entanto, entendem a situação como positiva. Os Impostos e a Inflação, citados literalmente, também incomodam, ou seja, são vistos como questões que pioraram nos tempos mais recentes de forma unânime e em torno de 20 apontamentos cada um.

Outro conjunto que pode ser analisado em bloco está associado a políticas públicas em torno de temas específicos. No total são dez áreas: Moradia (citada por 58 grupos); Estrutura viária e urbana (ruas, sinalização, praças, calçamento, asfaltamento) (43 grupos); Lazer & Esporte (35); Saneamento Básico (34); Cultura (27); Tecnologia (20); Abastecimento de Água (15); Meio Ambiente & Sustentabilidade (14); Acessibilidade (8); Trânsito (7) e; Coleta de Lixo & Limpeza Urbana (6). Em linhas gerais as citações são genéricas, com destaque para aspectos negativos como “Falta Moradia”, “Falta coleta de lixo” ou positivos como “preocupação maior com acessibilidade”, “melhorou o acesso à comunicação” ou “alguns projetos são sustentáveis”. As políticas de habitação têm saldo negativo, com apenas 16 citações positivas sobre um total de 58. Ruim também é a percepção sobre o Abastecimento de Água, com 14 posições negativas associadas à crise hídrica de São Paulo e apenas uma positiva. Acompanha o caráter de má avaliação o trânsito, com cinco citações negativas e duas positivas.

Como positivos os aspectos associados à coleta de lixo e limpeza (cinco favoráveis e um desfavorável) e à acessibilidade (sete positivos e um negativo). Mais lembrados foram a Cultura, com destaque para a estruturação de centros públicos nas periferias; a Comunicação, com ênfase no acesso às linhas de celular, bem como à enorme quantidade de informações à disposição da sociedade; a Estrutura Urbana, com prevalência do asfaltamento de ruas e avenidas e; a Tecnologia, onde estão citados avanços em equipamentos de celular e acesso a esse universo. No primeiro caso, 24 citações positivas e três negativas, no segundo 31 favoráveis e duas contrárias, no terceiro 32 bons apontamentos e 11 ruins, e no caso da Tecnologia 20 positivos.

Num ponto de equilíbrio entre citações boas e ruins é possível perceber Lazer & Esporte (35 citações), Saneamento Básico (34) e Meio Ambiente & Sustentabilidade (14). Em todos eles as citações são bem genéricas.

Por fim, um conjunto de indicações pode ser agrupado como: “Direitos, política e valores”. A Liberdade de Expressão, citada dessa forma e sem grandes exemplos, lidera com 37 citações, sendo 35 delas positivas, mostrando o apreço dos jovens por tal valor. A questão é saber se aqui reproduzem aspectos das aulas ou se efetivamente têm a dimensão desse princípio, o que reforçaria aspectos centrais da democracia. Também merece destaque positivo o valor ofertado aos direitos trabalhistas, com 28 citações, sendo 21 positivas e destaque absoluto para a questão das conquistas dos trabalhadores domésticos. Nos sete pontos negativos as recentes reorientações de acesso ao seguro desemprego e outros pontos das reformas do governo federal. Positivo também é o sentimento de avanço nos direi-

tos associados à lógica do gênero, com destaque para os “Direitos das Mulheres” e avanços no caso de respeito a aspectos da sexualidade (21 citações e todas positivas). O mesmo ocorreu, mais discretamente, com o “Direito de ir e vir”.

No que diz respeito à política, o termo em si (Política) foi citado 24 vezes, sendo 22 como negativo, bem como a “Administração Pública”, com 11 lembranças, sendo 10 desfavoráveis. Isso pode representar um reconhecimento da crise que vive o país. Adicionalmente, a Corrupção e a Impunidade foram citadas por 16 grupos, todos de forma negativa. Em contrapartida, a “Participação Política”, com destaque para a formação de conselhos e organizações da sociedade, foi citada por 17 grupos e vista como positiva por 13 deles, ou seja, parte dos jovens percebe a importância do envolvimento. Nessa mesma direção aparece o “Direito ao Voto” com 14 indicações, sendo 12 delas positivas.

OS FORMULÁRIOS E SEUS RESULTADOS

■ Como dito anteriormente, formulários de entrada (a partir de 2015) e saída do curso foram preenchidos pelos alunos com o objetivo de conhecer suas características mais gerais e suas posições em relação a temas relevantes da política.

Diante do desafio de avaliar aqui a visão dos jovens de 15 a 18 anos, dos 1.050 formulários de entrada e 987 de saída, foram utilizados, respectivamente, 733 e 732 respostas. Dessa forma, como características gerais, a média etária do universo analisado ficou em 16 anos, com 56% de mulheres, 91% de jovens cursando o ensino médio e pouco mais de 90% sem atividade remunerada. Tais aspectos se mostraram uniformes entre os respondentes do início e do fim do curso.

Os dados também permitem conhecer a relação que o jovem mantém com alguns temas centrais da política. Nesse caso, as respostas podem ser comparadas a resultados de anos anteriores do projeto. O primeiro ponto diz respeito à busca por informações. Nos dois formulários, de entrada e saída, é apresentado um conjunto de meios pelos quais um cidadão pode se informar politicamente. Cada estudante podia marcar quantas opções fossem condizentes com sua realidade dentre as seguintes opções: televisão, jornais, redes sociais, rádio, escolas, conversas, revistas, sites e cursos/palestras. A tabulação final permitia o cálculo da média dos percentuais de cada um desses meios, e uma média geral. Na entrada esse resultado é igual a 40%, com a TV atingindo o máximo de 92% e as revistas o mínimo de 11%. Na saída houve acréscimo, e atingiu-se 50% de média global, com a TV mantendo 92% e as revistas, novamente em último lugar, marcando 20%. O incremento de dez pontos no total é significativo e pode representar um incentivo

maior do curso à busca por informação política, ou mesmo um reconhecimento mais claro associado a canais já utilizados. Pode, no entanto, também significar que alunos mais interessados na temática chegaram ao final do curso, e aqueles mais distantes desistiram das ações³.

Outro dado que chama a atenção é o crescimento dessa média de canais utilizados quando comparada com anos anteriores. Tendo em vista a padronização dessa questão no formulário a partir de 2013, os índices saltaram de 44% e 43% em 2013 e 2014, para os 50% verificados em 2015. Seria esse um indício de que o jovem está se informando mais sobre política? Nesse caso, três veículos em especial chamam a atenção: redes sociais (de 41% em 2013 para 64% em 2015); escolas (de 33% em 2013 para 48% em 2015) e; sites (de 54% em 2013 para 61% em 2015). A TV em todos os anos mantém médias próximas a 90% e se consolida como o principal meio utilizado.

Nas análises também merece atenção um conjunto de questões associado ao interesse e envolvimento dos jovens com a política. Na primeira delas, sobre tirar (ou ter tirado) o título de eleitor com menos de 18 anos, 50% no início das atividades e 53% ao término dela demonstraram tal intenção ou ação. A alteração é mínima, e para os fins do curso causa certa decepção. A segunda questão tratava da forma predominante como o estudante enxerga o voto. Diante das duas opções ofertadas (direito ou obrigação) a imensa maioria o aponta como direito, mas na entrada 21% o indicavam como obrigação e, discretamente, esse percentual caiu para 18% no final. Mais uma vez não parece possível indicar grande impacto do curso. Uma terceira questão estava associada à relação do respondente com a política, simbolizada pela sentença: “sobre a política, você diria que:”. O estudante tinha como alternativa marcar que “não gosta e não é importante”, “não gosta, mas é importante” ou “gosta”. Na entrada 16% afirmaram gostar e na saída o índice subiu para 22%. Ademais, apenas 2,6% na entrada e 1,6% na saída apontaram afastamento e apatia, ou seja, não gostar e não reconhecer a relevância do tema.

Por fim, uma quarta questão desse conjunto permite notar a relação com os partidos políticos. Tanto na entrada quanto na saída do curso é muito próximo de 90% o índice de estudantes que afirmam não simpatizar com qualquer legen-

3 Esse tipo de observação é relevante, pois quando comparado o total de participantes – calculado a partir dos alunos que assinaram pelo menos uma vez a lista de presença – com o contingente de formados – calculado a partir dos alunos que assinaram pelo menos duas das três listas – existe em média uma diferença de 20 pontos percentuais, ou seja, 80% daqueles que comparecem a pelo uma das aulas “se formam”.

da. A marca não é muito diferente de pesquisas recentes de opinião pública que atestam esse afastamento na sociedade em geral. No entanto, tal pergunta está presente nos questionários dos cursos desde 2011. Neste ano, a antipatia estava pouco abaixo de 85%, caindo para aproximadamente 75% em 2012, atingindo 85% em 2013, ficando abaixo de 75% em 2014 e se aproximando de 90% em 2015. Essa oscilação aponta maior proximidade com as legendas em anos pares e distanciamento mais acentuado em anos ímpares, num movimento em que a simpatia dos jovens em relação aos partidos acompanha o calendário eleitoral – quando as legendas intensificam contatos, o debate público divide opiniões e os meios de comunicação cedem espaço para a propaganda eleitoral.

Diante desses resultados, se por um lado parece possível afirmar que a atividade, por si só, é pouco capaz de transformar de maneira mais clara algumas posições em relação à política de forma instantânea, chama a atenção o grau de reconhecimento do curso por parte dos estudantes. Assim, a atividade denominada “Curso de Iniciação Política” parece efetivamente ter a capacidade de aportar algo de novo e relevante nos jovens, mesmo sem alterar imediatamente algumas percepções mais amplas de política. No questionário de saída um conjunto de frases relacionadas à forma de enxergar a atividade traz como resultado aspectos positivos. Em relação a cada sentença o jovem tinha a oportunidade de “concordar totalmente”, “concordar em partes”, “discordar em partes” e “discordar totalmente”. Para os fins dessa análise, cada resposta “concordo totalmente” recebeu três pontos, e no extremo oposto de uma régua decrescente a resposta “discordo totalmente” recebeu zero. Assim, foi possível calcular uma média e dividi-las por três, estabelecendo o grau de concordância, em lógica percentual, com cada uma das sentenças. Afirmações do tipo: “o curso mudou minha forma de entender a política” (82% de concordância), “o curso trouxe muitos conhecimentos novos” (93%), “eu recomendaria o curso para outros cidadãos” (96%), “o curso deve continuar a ser oferecido aqui” (97%) e “as dinâmicas em grupo estimulam o aprendizado” (91%) atingiram resultados expressivos e capazes de mostrar que, se por um lado a mudança na forma de o jovem enxergar pontos associados à política não é imediatamente impactada pela atividade, por outro existe um reconhecimento expressivo de tudo o que uma ação dessa natureza representa. Nesse sentido, importante destacar que de acordo com Dantas (2016) esse resultado persiste desde 2011, e em alguns casos foi sendo aprimorado ao longo dos anos.

Um segundo conjunto de afirmações (sentenças) estava associado a temas mais gerais da percepção dos jovens sobre política. A forma de resposta é idên-

tica àquela apresentada no parágrafo anterior em relação às percepções do curso e permite a consolidação de índices de concordância sob o mesmo método. No formulário de entrada existem oito frases e no de saída elas se repetem, e outras oito são adicionadas. O primeiro desafio é comparar os resultados desses dois instantes, algo que Dantas (2016) faz por meio de um gráfico em análise mais acurada. Do total de oito provocações, apenas uma sentença tem diferença superior a dez pontos percentuais entre o início e o término do curso. Isso pode indicar que por mais que os conteúdos sejam reconhecidos como relevantes e as atividades bem avaliadas, as aulas não são capazes de mudar o pensamento dos jovens de forma imediata.

Assim, somente a redução de 59% de concordância na entrada para 46% na saída com a frase “Quando um governo nos desagrada devemos defender a força contra ele” se verifica em intensidade mais significativa – o que nesse caso específico é positivo, apesar de o índice ainda ser entendido como alto. No mais, as variações ocorrem entre cinco e quatro pontos, exceção feita à percepção decrescente, e também vista como positiva, de que “os políticos no Brasil são todos corruptos” – o índice aponta 60% de concordância na entrada e 52% na saída. A despeito da baixa variação, os resultados das outras seis frases merecem atenção. Duas positivamente: são bastante altas e crescentes as concordâncias com sentenças do tipo “a educação política deve estar presente nas escolas” (de 84% na entrada para 88%) e “o voto tem poder de transformação” (de 82% para 87%). Isso representa que o jovem que ingressa no curso já carrega princípios importantes e consagrados dos pilares essenciais da Democracia – participação e informação/educação. Tais aspectos, que arrefecem a ideia de que os estudantes não se interessam por política, reforçam os achados de Pedreira (2015) em sua análise acerca de pesquisa realizada com jovens em 2014.

Uma redução discreta numa sentença pode ser vista como positiva, mas o resultado absoluto oferta preocupação. Cai de 48% para 43% a concordância com o fato de que “Legisladores devem realizar favores para os seus eleitores” indicando perfil de clientelismo. Nesse caso, aproximadamente 16% dos alunos na entrada e na saída concordaram totalmente com a sentença. Outros dois pontos causam apreensão. É baixo o índice de concordância, mas cresce de 14% para 18%, a percepção de que “depredar o patrimônio privado é uma forma concreta de se manifestar”. Em instante algum o curso instiga tal sentimento, mas pode haver algum tipo de sinalização de insatisfação diante de percepções mais amplas sobre o ambiente político do país. Ao todo, na entrada, 4,5% concordam totalmente com essa sentença, e na saída 5,7%. São poucos e a variação é discreta demais, mas

é fato que a violência não tem sido protagonizada por massas amplas, e sim por pequenos agrupamentos. Analisar esse contingente é tarefa desafiadora.

Assim, na entrada, os 30 jovens que concordam totalmente que depredar o patrimônio privado é gesto concreto de manifestação tem média de idade semelhante ao restante da amostra (16 anos), mas 63% são homens (contra 44% da amostra) e 40% estão no terceiro ano do ensino médio (contra 31% da amostra). Pouco mais escolarizados e predominantemente homens, respondem mais claramente a perfis de manifestantes que adotam estratégias mais violentas de acordo com pesquisa de Dupuis-Déri (2014) – importante frisar que concordar com uma sentença é diferente de promover tal gesto. Ademais, o grupo aqui analisado está mais afastado dos partidos (6% de simpatia contra 10% da amostra), entendem o voto como obrigação em percentual acima da média (33% contra 21% da amostra) e tendem a se manter, discretamente, mais críticos em relação ao poder de transformação do voto, à necessidade de a política estar presente como conteúdo escolar e entendem com mais veemência que os políticos são todos corruptos.

Na saída, o perfil se altera, sugerindo que por meio dessa pesquisa não parece possível estabelecer com clareza as características gerais de quem concorda com a ideia de que é gesto concreto de manifestação a depredação do patrimônio privado. A média de idade se mantém inalterada e condiz com o universo de estudantes analisado – 16 anos. Mas a relação dos gêneros se altera: os homens continuam predominando, mas de forma mais discreta – 52% entre estes 39 respondentes contra 43% no total. No caso da escolaridade, 44% estão no terceiro ano do ensino médio, contra 26% do contingente pesquisado. Em relação às questões políticas, o afastamento em relação aos partidos é maior (5% contra 10% da amostra) e a percepção do voto como obrigação é mais acentuada (28% contra 18% do total). As posições em relação às sentenças como “políticos no Brasil são todos corruptos”, “educação política deve estar presente nas escolas” e “o voto tem poder de transformação”, no entanto, se igualam à amostra total.

Findada essa tentativa de compreender o perfil do jovem que concorda totalmente com a questão da depredação do patrimônio privado, uma última bateria de sentenças, presente apenas no questionário de saída, carrega resultados relevantes. Dantas (2016) faz análise mais acurada desses dados, que merecem atenção. Primeiramente, no formulário final, a concordância com a depredação do patrimônio público foi testada e, arredondado, o grau de concordância foi idêntico ao anotado na análise sobre o bem privado: 18% – o que pode ser visto como baixo, mas causa preocupação.

Seguindo na análise, alguns pontos positivos associados à consolidação de valores que podem ter sido reforçados pelo curso ou carregados pelos jovens merecem destaque: na democracia também somos os responsáveis pelos resultados na política (84,6%); manifestações nas ruas são legítimas formas de democracia (79,6%) e; devemos nos aproximar dos partidos políticos (67,8%). O resultado da primeira sentença atesta parte do que apareceu nos exercícios em grupo, sobretudo após a aula sobre democracia. As duas outras reforçam a dinâmica de aproximação com os poderes vista na terceira aula. O jovem, nesses casos, teria a dimensão da importância de alguns instrumentos da política formal, a despeito de se manter distante deles – sobretudo no caso dos partidos.

A despeito desses pontos positivos, três sentenças se destacam negativamente em virtude de um afastamento relativo a pontos centrais da democracia e da visão que os jovens têm de ferramentas fundamentais. Por mais que fique sugerido um senso crítico aguçado, o que pode ser positivo, os resultados preocupam. É de apenas 41% a concordância com o fato de que a educação pública está preocupada com a formação de cidadãos; de 48% a concordância de que a imprensa cumpre bem sua tarefa de informar a sociedade e; de 40% o sentimento sobre o fato de que os órgãos de justiça combatem a corrupção. A ausência desse tripé – educação, informação e justiça – é ponto caro à consolidação da democracia, e aos olhos dos jovens torna-se desafio expressivo. Para piorar, em termos de equilíbrio eleitoral, é de 71% o sentimento de concordância com a sentença “o dinheiro é capaz de comprar uma eleição”.

AFERINDO INDICADOR DE ENVOLVIMENTO

■ Diante das análises dos resultados do preenchimento dos formulários, um esforço final pode ser apresentado. Dantas e Estramano (2013) propuseram um exercício pautado na combinação de 10 variáveis dos formulários de 2011 que geraram o que os autores chamaram de Índice de Envolvimento Político (IEP). Com algumas adaptações é possível replicar a metodologia e captar a percepção dos jovens sobre temas centrais da política com base no formulário final. As dez variáveis tomadas para que o respondente pontue (cada adesão ao critério estabelecido vale um ponto) são as seguintes: assume que tirou ou tirará o título de eleitor com menos de 18 anos; utiliza três ou mais canais apresentados de informação política; assume simpatia por um partido; assume que gosta de política; concorda plenamente que a educação política deve estar presente nas escolas; discorda totalmente que a função do legislador é realizar favores para os eleitores; concorda

totalmente que na democracia somos os responsáveis pela realidade; concorda totalmente que o voto tem poder de transformação; discorda, ao menos em partes, que todos os políticos são corruptos e; enxerga o voto como direito e não como obrigação. Diante da combinação de tais respostas cada estudante poderia somar entre zero e dez pontos.

Os extremos concentraram menos alunos. Dos 732 formulários apenas três ficaram com zero e outros três com dez. A exemplo de Dantas e Estramanho (2013) a análise divide os resultados em categorias: de 0 a 2 é o agrupamento considerado péssimo no IEP, e ao todo são 6,4% dos jovens; 3 a 4 é ruim (29,1% dos estudantes); 5 é chamado de regular (20,8%); 6 a 7 de bom (31,4%) e; 8 a 10 de ótimo (12,3%). Com base em tais resultados parece interessante compreender as características gerais desses grupos, buscando apreender se alguma variável é capaz de explicar essa distribuição.

A primeira delas é a idade, e em todas as categorias a média é igual a 16 anos, ou seja, não parece possível afirmar a existência de fatores etários como capazes de explicar maior ou menor envolvimento político numa faixa estreita de idade – dos 15 aos 18 anos. Tal resultado contraria os achados de Dantas e Estramanho (2013), bem como os de Dantas e Caruso (2011). No entanto, nesses dois casos, os autores trabalham com faixas mais amplas, que vão predominantemente dos 13 aos 18 anos. Em ambos, quanto mais velhos, mais interessados ou envolvidos com questões políticas são os estudantes.

Nesse sentido, uma segunda variável capaz de explicar o envolvimento com a política pode contribuir melhor com a análise e está associada à série em que o aluno se encontra em relação ao Ensino Médio. Três grupos foram formados para esta análise: 1) não ingressou no ensino médio e primeiro ano; 2) segundo ano; 3) terceiro ano ou já terminou o ensino médio. O primeiro grupo soma 39,1% dos alunos, o segundo 29,6% e o terceiro 31,1% deles. No primeiro e terceiro grupos a maioria dos alunos está no ensino médio, lembrando que mais de 90% do universo pesquisado aqui está nessa fase da educação. Os resultados dos grupos Ótimo e Péssimo do IEP chamam a atenção. Os alunos do terceiro ano e concluintes do Ensino Médio são apenas 15% entre os péssimos e 39% entre os ótimos. Já os alunos que não chegaram ao ensino médio ou estão no primeiro ano somam 49% dos péssimos e 31% dos ótimos. Por mais que essa variável não seja capaz de explicar de forma absoluta o envolvimento dos jovens com base no indicador construído, parece possível afirmar que a escolaridade, mais do que simplesmente a idade, contribui para a compreensão de respostas mais condizentes com uma aproximação maior com a política. Tal resultado pode ser fruto de

um maior interesse nos vestibulares, ENEM e processos de seleção em empresas, em que o jovem se informa mais, pois temas da atualidade política são claramente demandados.

A terceira variável é o gênero. No universo pesquisado havia 56% de mulheres e 44% de homens. Mas quando as categorias do IEP são avaliadas, um dos extremos chama a atenção. Entre os jovens cujo envolvimento é considerado ruim temos 47% de homens e na categoria péssimo esse percentual atinge 55%, ou seja, mesmo que de forma não muito significativa é possível afirmar que as mulheres se destacam, sobretudo nas categorias regular (64%) e bom (60%). Como estudam mais, e o avanço nos anos de ensino explica parte dos resultados do IEP, a combinação desses dois pontos pode explicar os melhores resultados das mulheres. De acordo com Dantas e Estramano (2013) esse fenômeno já havia sido colhido em semelhante dimensão e igual direção com os alunos de 2011 das escolas públicas atendidas pelos cursos.

Feita a análise de variáveis associadas a uma lógica mais independente é interessante compreender se as categorias do IEP são capazes de explicar posicionamentos em relação às sentenças de opinião sobre algumas questões políticas. Um conjunto delas, relacionado a valores que o curso tem por objetivo reforçar⁴, foi selecionado e será analisado individualmente:

- A educação pública está preocupada com a formação de cidadãos – o senso crítico dos jovens politizados, e considerados assim a partir de um IEP ótimo se mostra presente na análise de posição em relação a essa afirmação. Considerando aqueles que “concordam totalmente” com a frase, na categoria ótimo temos 3% dos alunos, e à medida que as categorias mudam o número atingem 7% (bom), 9% (regular), 10% (ruim) e 13% (péssimo), ou seja, entre aqueles que tem baixíssimo envolvimento político a capacidade de

4 Importante destacar aqui que o conteúdo do curso tem interesse em reforçar a ideia da importância da educação como parâmetro essencial ao bom funcionamento da democracia, e portanto as escolas deveriam se preocupar com a formação de cidadãos. Ademais, que a imprensa deve cumprir sua tarefa de bem informar a sociedade como base para regimes democráticos. Que a justiça precisa ser compreendida em seu dever de combate à corrupção. Que os partidos políticos, a despeito de suas diferenças ideológicas, são instrumentos legais e legítimos de representação de interesses diversos. Que o fato de um governo desagradar não está associado ao uso da força para retirá-lo do poder. Que manifestos nas ruas são legítimos e fazem parte de princípios elementares da liberdade de expressão e associação – parâmetros da democracia. E, por fim, que a depredação dos patrimônios público e privado são inadmissíveis à luz de valores da democracia.

enxergar a escola pública como formadora de cidadãos é quatro vezes maior, o que pode apontar senso crítico menos apurado.

- A imprensa cumpre seu papel de informar bem a sociedade – o IEP ótimo mais uma vez se sobressai. Nessa faixa, apenas 4% concordam totalmente com a sentença, e à medida que as categorias mudam os números atingem 7% (bom), 10% (regular), 15% (ruim) e, nesse caso, recua para 6% no péssimo. Importante salientar, nesse caso, que a média de canais de comunicação utilizados pelos jovens cai de acordo com o IEP, ou seja, entre aqueles que atingem o grau ótimo a média de canais utilizados é de 5,1, passa para 4,8 entre os bons, 4,7 no grupo regular, 3,9 no ruim e 3,1 no IEP péssimo, ou seja, esse jovem talvez tenha menos condições de avaliar o trabalho da imprensa por ter com ela um contato aparentemente menor.
- A justiça e seus organismos cumprem o papel de combate à corrupção – novamente o IEP consegue sugerir posicionamentos. Apenas 1% de quem tem grau ótimo de envolvimento concorda plenamente com essa sentença, enquanto a variável vai a 3% no bom e se localiza acima de 6% nas demais categorias. Por mais que a crítica à sentença seja alta, os mais politizados são mais ácidos no sentimento de que a justiça cumpre seu papel de combate à corrupção.
- Devemos nos aproximar dos partidos políticos – interessante notar nesse caso que apenas os mais politizados (categoria ótimo) concorda plenamente com essa sentença de forma mais explícita. Destaque para o fato de que o IEP é composto por uma variável de simpatia por alguma legenda. Em geral 42% concordam plenamente com a frase entre aqueles que atingem o grau ótimo, e o indicador cai nas demais categorias para índices que variam alternadamente entre 21% e 30%, indicando que a percepção em relação aos partidos é algo mais complexo e, conforme mostram Pedreira (2015) e Dantas e Estramano (2015), trata-se de uma ferramenta bastante desgastada aos olhos dos jovens.
- Governo que desagrada deve ser retirado à força – a exemplo da questão sobre a imprensa, o sentimento aumenta até o penúltimo grau. A concordância plena com a sentença atinge 12% no grau ótimo, e sobe para 19% no bom, 21% no regular, 23% no ruim e volta a 13% no péssimo. Aqui a politização parece aproximar o jovem de valores democráticos mais sólidos, o que é bastante relevante.
- Manifestações de rua são atos legítimos na democracia – aqui o IEP explica o posicionamento dos estudantes de forma mais clara. No grau ótimo temos

61% dos alunos concordando plenamente com a sentença, e o indicador vai perdendo força no bom (53%), regular (49%), ruim (46%) e atinge seu mais baixo nível no péssimo: 23%.

- Depredar o patrimônio público é ato legítimo de manifestação – existe diferença acentuada entre os graus do IEP. No grupo considerado ótimo, o percentual de concordância plena com a sentença é de apenas 1%, saltando para 4% entre os bons e atingindo intervalo entre 9% e 11% nas demais categorias. Aqui a lógica da politização parece fazer efetivamente diferença.
- Depredar o patrimônio privado é ato legítimo de manifestação – de forma semelhante à sentença anterior, a depredação do patrimônio privado entre os mais politizados (ótimo) encontra concordância plena em apenas 1% dos integrantes e 3% no grupo considerado bom. Nos demais o indicador varia entre 6% e 9%, merecendo destaque o fato de as intensidades de concordância em relação à depredação do bem privado serem menores que aquelas associadas à depredação da coisa pública.

CONCLUSÃO

■ Ações de educação política têm um compromisso absolutamente central com um dos pilares da democracia (Dantas, 2015) – a educação política. Mas além de cumprir um objetivo sociopolítico muito claro e relevante, o projeto dos cursos de Iniciação Política desenvolvido pela Fundação Konrad Adenauer com seus diversos parceiros ao longo dos últimos sete anos permite uma avaliação das percepções dos jovens sobre a política. Conhecer esse universo é tarefa necessária e importante para o conhecimento dos rumos da democracia e seus valores no Brasil.

Parte dessas análises se aproxima das percepções de outros autores, e complementa estudos realizados desde 2010 com base nessa atividade nas periferias. A partir de 2015, no entanto, por meio dos formulários de entrada adicionados às avaliações de saída, e dos resultados dos trabalhos em grupo, foi possível a realização de um trabalho mais consistente e acurado. Com base em tal aspecto, o presente estudo foi capaz de sugerir um jovem, em média, mais informado que em anos anteriores e capaz de promover diagnósticos de sua realidade social, política e econômica de forma bastante razoável.

Em sendo assim, é possível concluir que diante dos resultados qualitativos fica a percepção de que o jovem localiza os debates políticos a sua volta e conhece sua responsabilidade cidadã, bem como os caminhos para se aproximar dos poderes instituídos – mesmo que por vezes de forma menos elaborada. Também

é possível afirmar que o estudante já avalia com lucidez e é capaz de dizer o que prefere, o que deseja e o que está bom e ruim. As respostas sobre políticas públicas mostram boa capacidade de avaliação, a despeito de por vezes parecerem estar reproduzindo pontos das aulas, do noticiário ou do senso comum – algo esperado e que em linhas gerais nada mais é do que o reflexo de muito do que se pensa e repercute na sociedade. Mais do que capaz de promover grandes mudanças imediatas na forma de os jovens pensarem política, o curso parece servir como espaço de provocação, a partir do qual os estudantes teriam a oportunidade de se apoderarem de informações mais qualificadas para suas vidas e para a democracia em geral – algo reconhecido na avaliação que fazem das atividades em formulários quantitativos.

Ademais, há um claro reconhecimento da importância da política, e da educação associada ao tema, apesar de resistências, críticas e afastamentos em torno de alguns instrumentos e instituições formais como os partidos, por exemplo. Também foi possível notar entre os jovens a existência de grupos mais envolvidos com o tema, conhecidos por meio do cálculo do Índice de Envolvimento Político (IEP), que os diferencia dos demais e, ao mesmo tempo em que parecem mais ácidos na avaliação de algumas instituições relevantes, se apegam mais claramente a valores democráticos.

Com base em tal percepção, o IEP sugere que quanto maior o envolvimento político, tomado com base em algumas características, mais equilibradas suas posições em relação a aspectos caros à democracia, bem como mais ácidos e críticos são em relação às instituições formais. O desafio, para além da necessidade de um aprofundamento nessas descobertas, é apreender o que parte das políticas de educação do Brasil pretende ao manter milhões de jovens afastados dessa temática de maneira formal. Planejam jovens mais instáveis e, ao mesmo tempo mais cordatos, ou agentes mais críticos e ao mesmo tempo mais capazes de respeitar parâmetros democráticos?

HUMBERTO DANTAS · Cientista político, mestre e doutor pela USP, professor do Insper e coordenador do curso de pós-graduação em Ciência Política da FESP-SP. Coordenador dos cursos modulares de Cidadania e Política da Oficina Municipal. Conselheiro da Fundação Konrad Adenauer e da Oficina Municipal. Comentarista político da Rede Vida de Televisão. Blogueiro do portal Estadão.com.br

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J.R. O projeto CIC (Centro de Integração da Cidadania): Justiça e comunidades carentes na cidade de São Paulo. In: SADEK, M.T. (org.). *Acesso à Justiça*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.
- DANTAS, H. CARUSO, V. Politização nas escolas: o quanto os jovens entendem essa demanda. *E-Legis*, Brasília, vol 4, núm. 7, 2011.
- DANTAS, H. O jovem e a educação política – ampliando análises e ações. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, *Brasil em Foco*, janeiro de 2016.
- DANTAS, H. O jovem e a educação política – nova rodada de análises. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, *Brasil em Foco*, dezembro de 2014.
- DANTAS, H. O jovem e a educação política – percepções com base em experiência. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, *Brasil em Foco*, dezembro de 2013.
- DANTAS, H., SILVA, B. Educação política e participação: um estudo a partir de experiências práticas com jovens de Araraquara-SP e Suzano-SP. II Encontro Internacional Educação, Política e Participação, Unicamp, Campinas, 2015.
- DANTAS, H., COSSON, R., ESTRAMANHO, R. Educação para a democracia: desafios na prática da formação política de adolescentes. In: BERNARDES, C., SCHWARTZ, F. (orgs.), *Comunicação, Educação e Democracia no Legislativo Brasileiro*. Brasília, Câmara dos Deputados, 2015.
- DANTAS, H., ESTRAMANHO, R. Como a juventude se relaciona com a democracia: compreensões com base em pesquisas. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, ano XVI, vol 01, 2015.
- DANTAS, H., ESTRAMANHO, R. Educación política como pilar de la democracia y la realidad brasileña. 7º Congreso Latino-americano de Ciencia Política, Bogotá, 2013.
- DANTAS, H., SOARES, A., SOARES, M.I., LAMARI, R. Educação política em parceria: quando princípios se tornam ações. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, ano XI, vol 03, 2010.
- DUPUIS-DÉRI, F. Um perfil histórico dos black blocs. São Paulo: Folha de S. Paulo, 09 de março de 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/03/1422098-um-perfil-historico-dos-black-blocs.shtml>, último acesso em 10 de fevereiro de 2016.
- PEDREIRA, B. Sonhos da juventude brasileira: a política além do voto. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, ano XVI, vol 01, 2015.